



**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA**  
**COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**  
**MUNICIPAL - DTP/SMTC**  
**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Decisão nº 61/2021 CMRI

Porto Alegre, 26 de Outubro de 2021.

**Recurso nº:** 004548-21-00

**Recorrente:** Sigiloso

**Órgão Requerido:** Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio - **SMAP**

**Relator:** Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

## **1. Relatório**

### **1.1 Resumo do pedido original**

Qual o número de servidores das Secretarias (Administração Direta) que são servidores com comorbidades pré existentes e fazem parte do Grupo de Risco da COVID-19? Quais medidas são garantidas em prol da saúde desses servidores, quais benefícios os mesmos possuem para manter o distanciamento social em tempo de pandemia? Gostaria de um numero Geral e quantitativo por Secretaria (gravidas e comorbidades). Sem nomes ou dados sensíveis, apenas números.

### **1.2 Razões do órgão/entidade requerida**

Seria interessante após um ano de pandemia do Coronavírus a Prefeitura saber quais e quantos servidores efetivos fazem parte do Grupo de Risco da covid-19 até para que possa mantê-los em trabalho remoto obrigatório até o término da pandemia. Mais do que números são PESSOAS, pessoas essas com doenças prévias e que correm muito mais risco de obito e sequelas graves causadas pelo contágio com o vírus que provoca a covid-19 e que deveriam estar sendo protegidas conforme determina a Organização Mundial de Saude e Ministério da Saúde. Fica meu pedido desse levantamento por Secretaria com o quantitativo de servidores com comorbidades.

### 1.3 Razões do recorrente

A Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio recebeu e atendeu a demanda, respondendo ao cidadão com os seus questionamentos iniciais. Trazemos a resposta a inicial do pedido:

*Relativo ao seu pedido de informação ao Município de Porto Alegre, informamos que os dados sobre servidores com comorbidades não estão consolidados e reunidos em um banco de dados. Entretanto, com base no sistema de gerenciamento de recursos humanos, podemos afirmar que, na Administração Direta, tendo como base o mês de julho/21, temos 79 servidores afastados em licença gestante. As medidas gerais visando garantir a saúde dos servidores constam no Decreto nº 20.889/2021 (<http://leismunicipa.is/ityeu>), especialmente o Capítulo V - que vai do art. 31 ao art. 46).*

Analisando resposta o cidadão fez novo pedido de reexame:

*Fica meu pedido desse levantamento por Secretaria com o quantitativo de servidores com comorbidades.*

A SMAP respondeu ao requerente após ingresso de reexame, informou não possuir de forma sistemática em seus bancos de dados os dados específicos relacionados à solicitação do cidadão, conforme segue a resposta:

*"afirmamos nossa preocupação com a saúde de todos os servidores da PMPA. O retorno gradual de servidores ao trabalho presencial está ocorrendo em conformidade com os protocolos estabelecidos pelos órgãos sanitários. Com relação aos dados relacionados aos servidores com comorbidades, reafirmamos que não estão sistematizados nos bancos de dados de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio".*

### 2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto, dentro do prazo legal de 10 dias da ciência da resposta encaminhada. Dessa forma, é tempestivo e o(a) Requerente é parte legítima para solicitar o reexame da matéria.

### 3. Análise do mérito

Em último pedido o requerente entende que essa deveria ser uma preocupação da Prefeitura de Porto Alegre:

*O número de pessoas com comorbidades, servidores, estagiários, empregados públicos, é um dado fundamental no combate ao coronavírus e a Prefeitura tem a responsabilidade de possuir esse dado para si e para prestar informações a população.*

O pedido do requerente de reexame não encontra amparo legal na LAI e desta forma, esta demanda se apresenta como desproporcional à luz do Artigo 13, II do Decreto Federal 7.724/2012, assim como também do Artigo 12, II do Decreto 19.990/2018, pois geraria um trabalho adicional e que nesse momento não seria possível atender de forma tão específica o solicitado pelo requerente.

### 4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por não dar provimento ao recurso, indeferindo o pedido.

## 5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificar o(a) Recorrente da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**  
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito – **GP**

Recurso CMRI **004548-21-00**



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 15:08, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 15:10, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 15:10, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Simone Vicari Tarasconi, Técnico Responsável**, em 26/10/2021, às 15:10, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 15:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 26/10/2021, às 15:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **16041811** e o código CRC **FB3F24F3**.

---